

MODELO COM 2 AGENTES REPRESENTATIVOS

Campbell e Mankiw (1989) buscaram uma formulação agregada alternativa ao modelo com um único agente representativo. De acordo com esses autores, há dois tipos de comportamento relevante dos indivíduos com relação ao consumo:

- *Agentes que consomem toda a sua renda corrente* (i. e., propensão marginal a consumir unitária), que também podem ser denominados “*consumidores keynesianos*”;
- *Agentes que seguem o modelo intertemporal* caracterizado acima., que também podem ser denominados consumidores da “*renda permanente*”.

Dado que a renda corrente agregada (Y_{at}) corresponde a:

$$Y_{at} = Yk_t + Yp_t \quad \text{onde,}$$

Yk_t é a renda apropriada pelos consumidores keynesianos;

Yp_t é a renda apropriada pelos consumidores da Renda Permanente;

Definindo λ como a parcela da renda agregada que aflui para os consumidores keynesianos, a renda agregada é distribuída da seguinte forma:

$$Y_{at} = \lambda Y_{at} + (1-\lambda)Y_{at} \quad \text{onde, } \lambda Y_{at} = Yk_t$$

$$(1-\lambda)Y_{at} = Yp_t$$

Portanto um aumento da renda agregada provocaria uma variação no consumo dos agentes keynesianos igual à $\Delta Ck_t = \Delta Yk_t = \lambda \Delta Y_{at}$, i. e., todo aumento da renda corrente será convertido em consumo.

Nos agentes que se comportam de acordo com a renda permanente, a variação do consumo será de acordo com o erro de previsão com relação ao aumento da renda corrente (i. e., um aumento na renda corrente não antecipado pelos agentes, segundo Hall-Flavin): $\Delta Cp_t = (1-\lambda)\varepsilon_t$

Logo, a variação do consumo agregado será:

$$\Delta Ca_t = \Delta Ck_t + \Delta Cp_t = \lambda \Delta Y_{at} + (1-\lambda)\varepsilon_t$$

Em um país com o nível de desigualdade de renda como o encontrado encontrado no Brasil (vide Belíndia, de Edmar Bacha), a heterogeneidade de comportamentos de consumo presentes no Modelo de Campbell e Mankiw (1989) pode ser relevante na explicação das séries agregadas de consumo brasileiras. Entretanto algumas adaptações devem ser feitas no arcabouço básico proposto por estes autores, a fim de incorporar algumas especificidades relevantes para o caso brasileiro, especialmente o que se refere ao impacto da inflação sobre o consumo, de forma que um único modelo integrado, dê conta do comportamento do consumo, em situações de inflação alta, baixa e do próprio processo de estabilização.

POUPANÇA PRECAUCIONAL

Trocamos a hipótese de linearidade da Função Utilidade Marginal do Consumo (i.e., $U'''(C_t) = 0$) da versão PIH de Hall, pela convexidade da função (i.e., $U'''(C_t) > 0$). Mas especificamente iremos adotar uma especificação CARA (Caballero-1989):

$$\text{Max } E [\Sigma(-1/2) \exp(-\alpha C_t) / \theta].$$

Assim a equação de Euler toma a seguinte forma:

$$C_{t+1} = C_t + \alpha \sigma^2 / 2 + \varepsilon_t$$

Onde,

C_{t+1} e C_t são os níveis de consumo no tempo t e $t+1$ respectivamente.

$\alpha \sigma^2 / 2$ é o componente precaucional associado ao risco e a variabilidade de renda.

ε_t é o componente aleatório (surpresas)

A equação acima difere da Equação de Euler inicial pelo fato de possuir um componente precaucional ($\alpha \sigma^2 / 2$) que age no sentido de deprimir o consumo corrente. Esse componente vai perdendo importância à medida que caminhamos em direção ao fim do horizonte de planejamento do agente, isto é, à medida que as incertezas vão sendo resolvidas, diminui a necessidade de reservas precaucionais e o consumo tende a se elevar ao longo do tempo.

Em outras palavras, a poupança precaucional seria uma reserva financeira mantida pelos agentes individuais de forma a proteger o padrão de consumo dos choques adversos de renda. Isto é, os agentes postergam uma parte do consumo corrente para o futuro de forma a esperar as incertezas serem resolvidas. Quando ocorre uma redução das incertezas inflacionárias, os agentes se tornam menos prudentes e tendem a converter essas reservas precaucionais em consumo corrente.

Função Consumo

$$C_t = (1 / (T-t)) A_t + Y_t + (\alpha (T-t-1) \sigma^2) / 4$$

De acordo com o modelo de poupança precaucional, quedas da variabilidade da renda, inerentes ao processo de estabilização tem um forte impacto sobre o nível do consumo corrente.

O EFEITO DO IMPOSTO INFLACIONÁRIO

Uma das perdas imposta principalmente às camadas mais pobres da população em alta inflação está relacionada a ação do imposto Inflacionário, que deteriora os rendimentos daqueles que não tem acesso aos diversos mecanismos financeiros contra os efeitos inflacionários. Os efeitos distributivos do imposto Inflacionário, está nas diferenças observadas na cesta de serviços financeiros de curto prazo por nível de renda familiar, ou seja, os mecanismos pelos quais as famílias de diferentes níveis de renda economizam encaixes monetários.

A existência de um custo de monitoramento fixo por cliente adicional, gera também economias de escala similares àquelas observadas na oferta de ativos financeiros de curto prazo. Conseqüentemente, dada a maior dificuldade de se conseguir colateral, as instituições financeiras acabavam por vetar o acesso a crédito dos pobres.

O argumento estabelece uma relação negativa entre inflação e o consumo agregado ao levar em conta restrições à liquidez impostas tanto pelo mercado financeiro quanto pelo mercado de crédito e que os indivíduos restritos na ponta das aplicações financeiras de curto prazo apresentam também as maiores perdas inflacionárias.

ESTABILIZAÇÃO DO REAL, BEM ESTAR E “BOOM” CONSUMO

Ilustração:

Quadro 1

Impacto da Estabilização na Distribuição de Renda:
■ Redução do imposto Inflacionário; ■ Mudanças nos preços relativos; ■ Aumento do Salário Mínimo em uma economia estável.

Distribuição da Renda

ESTABILIZAÇÃO

Δ BEM ESTAR

Quadro 2

Impacto da Estabilização na Demanda agregada e nível de Atividade:
■ Redução do imposto Inflacionário; ■ Redução da Variabilidade da renda e efeito na poupança precaucional; ■ Maior demanda e oferta de Crédito

Efeito direto sobre o Consumo

Δ Renda Per Capita

